

ATA DA 25ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e nove, às quatorze horas, em segunda chamada, reuniram-se no Polo de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, em Praia Grande/SC, os membros do Conselho Consultivo dos PN's de Aparados da Serra e da Serra Geral, para tratar dos seguintes assuntos: 1-Prestação de contas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral no ano de 2008; 2- Encaminhamentos da visita do Coordenador Geral de Visitação do ICMBio; 3- Situação do Licenciamento das rodovias de acesso aos Parques Nacionais; 4- Relato da reunião da Câmara Técnica de Credenciamento; 5- Planejamento das festividades de comemoração aos 50 anos de criação do Parque Nacional de Aparados da Serra; 6- Situação do processo de conciliação INCRA/ICMBio no processo de reconhecimento do Território Quilombola São Roque; 7- Atividades de montanhismo em UC's e 6- Informes gerais. Abrindo a reunião, o presidente do Conselho Consultivo lê a ata da 24ª reunião, sendo a ata em seguida aprovada pelos presentes, sem alterações.

Em seguida, como primeiro item da pauta, se inicia com o Presidente do Conselho apresentando a prestação de contas das duas Unidades. Através de tabelas, os presentes visualizaram os valores investidos e captados no decorrer do ano de 2008, com os valores referentes a descentralizações de cartão corporativo, contrato de limpeza, contrato de vigilância, bem como os valores arrecadados através de autorizações de filmagens, concessão de serviço da lanchonete, arrecadação de bilheteria. Foi mostrado o número de visitantes nas Unidades, que chegou a 51.004 visitantes no Parque Nacional de Aparados da Serra e 32.605 visitantes no Parque Nacional da Serra Geral. Números superiores aos anos de 2006 e 2007.

Continuando a reunião, no segundo item da pauta, houve o informe sobre os desdobramentos da visita do Coordenador Geral de Visitação, Sr. Júlio César Gonchorosky, às duas UC's em março de 2009. A visita decorreu em razão da apresentação à diretoria do ICMBio, de 3 protocolos da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul, sendo: 1) Termo de Cooperação Técnica com Prefeitura Municipal de Cambará do Sul e SEMA/RS e demais, para melhorias na acessibilidade e mobilidade nos Parques Nacionais, 2) Termo de Cooperação Técnica com Prefeitura Municipal de Cambará do Sul, IBAMA, SEMA/RS e Associação de Moradores do Morro Agudo e Morro Grande para regularização fundiária dos Parques Nacionais; 3) Solicitação para construção de elevador panorâmico (Trilha Vertical) no Cânion Itaimbezinho. Dando prosseguimento a reunião, foi questionado se já existe a evolução destes itens propostos pelo ICMBio. Deonir respondeu que até o momento não houve nenhuma solicitação da direção do Instituto a esta Unidade sobre os protocolos em questão. Questionado também se este elevador panorâmico no Cânion Itaimbezinho, já está mencionado nos Planos de Manejo, afirmou que no plano de manejo não cita elevador panorâmico, mas uma trilha vertical no interior do Itaimbezinho com localização atrás da propriedade do Sr. Elói junto a uma fenda lateral nesta região, sendo somente esta a indicação no Plano de Manejo. Questionado qual seria o ponto de vista do Instituto Chico Mendes com relação a esta construção do elevador, e quais os impactos ambientais e os benefícios que trariam esta construção, respondeu que ainda desconhece qual o posicionamento do ICMBio sobre esta questão, mas que o posicionamento do chefe da unidade de conservação é contrária a instalação, uma vez que existem outras atividades de uso público que se implementadas após a regularização fundiária das UC's, podem garantir o desenvolvimento do turismo na região, sem causar impactos e envolvendo toda sociedade, não somente um grupo de concessionárias, citando como exemplo o que acontece no Parque Nacional do Iguaçu. Membros do Conselho solicitaram que se este projeto avançar, deverá ser apresentado com detalhes para o conselho, em pauta específica, e que o conselho participe ativamente nos desdobramentos do projeto. Deonir respondeu que na verdade não foi apresentado nada de concreto, nem um estudo sobre este projeto, somente por enquanto uma sugestão ao ICMBio, que partiu da Prefeitura de Cambará do Sul.

Foi perguntado também o que seria o item melhoria e acessibilidade nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, sendo informado que o objetivo é propiciar um melhor acesso aos principais atrativos, Itaimbezinho e Fortaleza, inclusive quanto às questões dos transportes em trilhas já abertas ao público, mais isso também ainda não tem projeto, somente uma proposição da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul ao ICMBio.

Outro ponto questionado, foi a reabertura da trilha do Malacara, via acesso sul (entrada próximo a Guarita Gralha Azul). Nesse momento, Deonir apresentou e comunicou a participação na reunião do Sr. Sérgio Brant, que é servidor da Coordenação Geral de Visitação. O Sr. Sérgio confirmou que existe uma série de atividades em andamento com relação às questões fundiárias, só que no momento o Instituto resolveu suspender as delegações de competências, isso ocorreu há três semanas e desde então está tudo parado, aguardando nova portaria para a retomada dos trabalhos. Informou que não houve nenhuma alteração no aspecto de uso público do Cânion Malacara, e que não podem haver atividades de uso público em áreas privadas, antes de qualquer coisa tem que ser tratado da questão da regularização fundiária. O processo judicial da propriedade do Sr. Renato Argenta está há 12 anos na justiça sem finalizar, é um processo que não depende exclusivamente do instituto. Foi questionado se há possibilidade de fazer um termo de ajuste com o proprietário da área Sr. Renato Argenta, de forma que pudesse propiciar novas aberturas de trilhas. Deonir respondeu que neste sentido somente existe essa possibilidade com populações tradicionais, que não é o caso desta propriedade, este não é o caminho possível a se utilizar nesta questão. Sérgio ratificou que realmente não há esta possibilidade para o uso público, que os termos de compromisso com a questão fundiária simplesmente regulamentam o que pode ser feito dentro da área em termo na questão da subsistência, e não de utilização para o turismo ou uso comercial. Normalmente os termos de compromisso são estabelecidos, dizendo quando e como o proprietário vai ser realocado.

Iniciando o terceiro item da pauta sobre o licenciamento das rodovias de acessos aos Parques Nacionais, o presidente relatou a situação atual dos licenciamentos do asfaltamento da rodovia SC 450, lembrou que entre o trecho entre os km 8 ao 15 km tem licença de instalação, enquanto o trecho km 0 a km 8, somente uma licença prévia, emitida em dezembro de 2005 para pavimentação da rodovia. O Sr. Sérgio complementou, que devido a uma liminar do Tribunal Regional Federal foi suspenso todo licenciamento neste trecho, pois foi solicitado pelo Ministério Público Federal uma averiguação e nova perícia nos traçados da estrada, uma vez que o limite foi baseado na situação que existia em 1972, e o traçado atual pode ter divergências e interferências nos limites das Unidades, a obra está liberada até o limite dos Parques Nacionais, a partir daí está tudo suspenso. Retornou a palavra para Deonir, que falou em relação ao licenciamento da CS 012 que liga Cambará do Sul ao Cânion Fortaleza, o EIA/RIMA foi encaminhado a DIREP (Diretoria das Unidades de Proteção Integral) que solicitou readequação do projeto ao órgão licenciador, a FEPAM. As readequações são: diminuição da largura com máxima de 4,90m, alterações no tipo de pavimentação, e a extensão até o estacionamento final, já dentro do Parque Nacional da Serra Geral. O ICMBio já informou à FEPAM que irá avaliar o EIA/RIMA, assim que incorporarem estas readequações ao projeto técnico.

Houve o fechamento da pauta, passando para a apresentação do resumo da Reunião da Câmara Técnica de Credenciamento dos Condutores que aconteceu no dia 09 de fevereiro de 2009 na sede dos parques, quando foi apresentada a Instrução Normativa que regulamenta a prestação de serviços dos condutores dentro das UC's. O trabalho de verificação dos currículos dos condutores foi entregue ao Sr. Henri da ACASERGE/ABCANION, que analisou e comparou o nível técnico dos condutores hoje cadastrados com os requisitos básicos da Instrução Normativa, mas ainda não houve tempo hábil para conclusão deste trabalho de reavaliação dos condutores. Também houve apresentação da setorização da trilha do Rio do Boi, uma iniciativa dentro programa da “Aventura Segura” pelo Sr. Josemar, diretor presidente do Grupo de Prevenção Aparados da Serra - GRUPAS. Finalizou com o relato da apresentação do Sr. Álvaro, da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (SETUR-RS) sobre a regulamentação da condução de visitantes no estado gaúcho. Foi explicado aos participantes

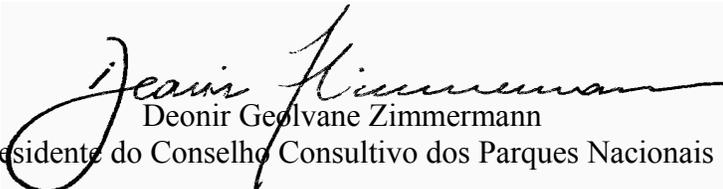
daquela reunião a posição da SETUR-RS com relação à atividade comercial de condução de turista dentro e fora das UC's no estado, e a relação entre condutores catarinenses com o regramento em implementação no RS.

No item seguinte da pauta, houve uma rápida apresentação do que está sendo planejado para o Programa de Comemoração aos 50 anos de criação do Parque Nacional de Aparados da Serra, através de um evento técnico científico e também um evento de homenagens à ex-servidores, com a presença da comunidade local. Pensou-se em uma exposição também, mas ainda sem a formatação em virtude da falta de recursos da União para reforma do centro de visitação, apesar de ter sido solicitado. O presidente expôs ser necessário o auxílio dos conselheiros, pesquisadores, professores, universitários e moradores das áreas de dentro e do entorno, para conseguir fotos e depoimentos. Sérgio complementou que a ideia não é somente com a história dos parques, mas também da evolução da região, será uma forma de valorizar a ocupação desta região e as evoluções dos municípios de Cambará do Sul, Praia Grande e Jacinto Machado.

Após intervalo, iniciando nova pauta, o Sr. Sérgio Brant começou relatando à situação atual do processo de conciliação entre INCRA e ICMBio, a respeito da demarcação de um território quilombola que se sobrepõe aos Parques Nacionais, em uma área de mais de 2.600 ha. Obviamente que a posição do ICMBio é contrária por uma série de razões, inclusive apresentou dentro do processo administrativo do INCRA, uma série de provas que questiona a existência de um quilombo no local proposto para o território. Como não pode haver litígio judicial entre dois órgãos da administração federal, a Advocacia Geral da União estabeleceu uma Câmara de Conciliação onde tentará avaliar a posição dos dois órgãos e definir uma solução. Ainda estamos em fase de apresentação de propostas e contrapropostas, mas até o momento não houve consenso entre as propostas apresentadas. A proposta apresentada pelo INCRA será basicamente desafetar os parques e deixar as pessoas dentro, e a posição do Instituto é a inviabilidade da localização, pois independente de ser parque ou não, se situa em uma região constituída por muitas Áreas de Preservação Permanente e em estágio avançado de regeneração da Mata Atlântica. O que é pleiteado junto ao INCRA é que haja um processo de reassentamento que não contemple exclusivamente aqueles se declararam quilombolas, mas que possa contemplar todas as pessoas que moram no fundo dos Cânions Faxinalzinho e Josafaz. A preocupação específica do instituto é com a área que esta dentro dos dois parques nacionais, mas também estamos pleiteando uma solução para todos os interessados, na realidade deve se ter uma definição boa para todos, e não somente para aquele que se declararam quilombolas. Ainda não houve uma solução nesse sentido, a Câmara de Conciliação não conseguiu deliberar ainda, até onde se sabe teve uma primeira manifestação de avaliação desta proposta pelo INCRA, onde ficou demonstrado ser uma área de catástrofe e por acontecimentos anteriores, houve uma modificação no processo de ocupação desta região. No final da década de 50 as áreas do Faxinalzinho e Josafaz eram densamente povoadas, foram desmatados e ocupados por roça e havia uma intensa relação de troca com as encostas da baixada catarinense e o planalto gaúcho onde sobreviviam basicamente de escambo. O INCRA alega que essas áreas teriam sido preservadas em função da existência das populações de quilombolas, isso não é fato, pois ficou comprovado com material visual fotográfico recuperado de 1957 que estas áreas eram densamente povoadas, mas com as enchentes, principalmente a de 1974, houve uma destruição praticamente generalizada, e por este motivo estas populações tiveram que abandonar a região e conseqüentemente com isso, houve um processo normal de regeneração das matas. Alexandre (ONG Curicaca) acrescenta informações da reunião...

Deonir deu procedimento à reunião com o último item da pauta, referente ao protocolo da Federação Gaúcha de Montanhismo apresentado na reunião que aconteceu em Jacinto Machado, para uma reavaliação e incorporação na discussão da revisão do plano de manejo à abertura para a incrementação de atividades de montanhismo em áreas de uso público, tais como "trekking", escalada, entre outras atividades. Logo em seguida o representante da Federação Gaúcha de Montanhismo apresentou um relato sobre esta solicitação. Deonir esclareceu que conforme a Instrução Normativa

ICMBio 08/2008, estas atividades podem ser feitas por condutores credenciados ou não, desde que ambos façam uma solicitação com antecedência a UC, em tempo hábil para avaliação e comprovação das experiências dos condutores, e ainda considerando os interesses da UC para as áreas de uso público. Enquanto que para as áreas ainda não indenizadas, deverão apresentar uma autorização por escrito dos proprietários. Houve mais alguns comentários sobre esta questão e em seguida a reunião foi encerrada pelo Presidente do Conselho, não tendo nenhum assunto adicional a tratar.



Deonir Geolvane Zimmermann
Presidente do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais